



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

SEDE: R. António Girão 91-1º

Telef. 29917---SETÚBAL

COMUNICADO Nº 20/81

A TODOS OS TRABALHADORES

27 ABR 1981

A LUTA CONTINUA E DEVE PROSSEGUIR ATÉ AO RECONHECIMENTO DA NOSSA RAZÃO

Sim colegas. A luta continua. Depois da greve da passada semana, em que de novo os trabalhadores da Função Pública mostravam o seu querer face à intran-
sigência cega do Governo, todos nós nos sentimos mais unidos em torno das nos-
sas reivindicações.

No nosso sector, mesmo com uma tolerância de ponto arranjada em cima da
hora, numa tentativa de boicote à greve de dia 16, a aderência cifrou-se em 75%,
constituindo nova afirmação da consciência dos trabalhadores das Contribuições
e Impostos, há muito habituados a estas manobras.

Entretanto transcreve-se uma citação do semanário "Tempo" de 23/4/81 se-
gundo fontes próximas da presidência do conselho de ministros em que diz espe-
rar " ... manter-se o poder de compra das famílias mais desfavorecidas pelo me-
nos ao mesmo nível do atingido o ano passado"!!!

Como pretendem os Srs. do Governo que os funcionários públicos, acreditem
e aceitem como válidas as perspectivas atrás enunciadas quando pretendem impôr
com base na inflação de 16,6%:

- Na tabela um aumento de 15,2%;
- Nas diuturnidades uma perca de 16,6% em cada;
- No subsídio de almoço uma perca de 16,6%;
- Nas remunerações acessórias:

- 1º "CONGELANDO" o que significa que em cada ano se perderá um montante
igual à taxa de inflação;
- 2º REDUZINDO drasticamente as remunerações acessórias ainda não bem de-
finido entre que montantes;
- 3º INTRODUZINDO imposto profissional sobre as remunerações acessórias;
- A.D.S.E. perca, pois há uma subida de quotização que na prática se tra-
duz num aumento superior a 100% do montante pago actualmente SEM
CONTRAPARTIDA DE BENEFÍCIOS;

- Introduzindo impostos, o que significa que os custos administrativos serão supridos pelos lucros que o Governo irá tirar de nós.
- No que se refere às acessórias e no que respeita ao nosso sector ainda há a dizer que, tirando direitos adquiridos o Governo contraria a lei nomeadamente o nº5 do preâmbulo do Decreto Regulamentar nº 12/79 em que se diz " Procurou-se também conceder aos funcionários das Contribuições e Impostos os meios remunerativos que a sua tecnicidade exige no mundo do trabalho" !!!

Perante todas estas contradições e demagogia fácil com que o Governo cegamente pretende enganar e quebrar as suas próprias pernas, só resta um caminho aos trabalhadores - UNIÃO E LUTA

Durante a semana passada e esta, tem desenvolvido a Direcção do Sindicato acções a dois níveis:

- 1ª- Acções no âmbito Geral
- 2ª- Acções no âmbito restrito do nosso sector.

I

No âmbito geral, participamos numa reunião dos sindicatos da FESAP onde a disposição, de lutar foi por nós veiculada, tendo saído um comunicado conjunto, nos seguintes termos:

- 1- Continuar a luta de zelo, apelando para a imaginação dos trabalhadores de modo a que escolham a forma que melhor se adapte ao seu serviço, a fim de tornar esta forma de luta o mais eficaz possível.
- 2- Formalizar junto da ISP(Internacional de serviço Público) onde um dos Sindicatos da FESAP está filiada, a denúncia do não cumprimento da lei 151 da OIT por parte do Governo.
- 3- Se entretanto, caso o Governo não abra as negociações a fim de se poder obter uma tabela salarial para a Função Pública, os sindicatos reunirão de novo a fim de estudarem novas formas de endurecer a luta que apontam para as greves sectoriais combinadas em sectores chave.

Além disto o Sindicato dos Professores-Zona Sul alargará para mais dois dias a greve que irá efectuar, em conjunto com os outros Sindicatos de Professores.

Estas posições que não diferem, como se pode constatar, no fundamental, das da Frente Comum, mostram a disposição de luta dos Trabalhadores e que se irão agudizar face à intransigência do Governo, a partir do final do mês.

II

No campo das nossas reivindicações específicas há a assinalar o seguinte:

1º movimento está finalmente feito tendo sido incluídos todos os liquidadores aprovados. Aqui, cabe em destaque e como nota positiva o trabalho levado a efeito pela D.G.C.I. e em especial a todo o pessoal da Repartição Central que conseguiram o que se considerava impossível---a conclusão do movimento, dentro do prazo que também tinha sido garantido.

No entanto nem tudo corre bem. Há situações que é preciso desbloquear e sejam quais forem as razões invocadas, uma verdade salta à vista: os trabalhadores aprovados, há bastante tempo, estão a ser explorados pela Administração. São pagos como liquidadores quando já deviam estar a receber como técnicos. Estão a ser utilizados como mão de obra barata, situação que não pode prolongar-se sem levar a uma ruptura drástica.

2º Outro caso que denunciámos é a forma como foi feito o ponto para técnicos orientadores e supervisores. Continua a imperar na Direcção-Geral um espírito retrógrado em relação a cursos e respectivas provas. Ainda há quem pense que "se eu não tive no meu tempo nenhum curso agora também não devem ter. Que estudem". Isto é, enquanto uns querem melhorar o que está mal, outros preferem que tudo continue na mesma. O ponto para supervisores e técnicos orientadores foi processado sem ter em atenção as funções que cada um iria desempenhar. Há quem vá aos dois pontos e passe num e noutro não, sendo ambos praticamente iguais. É o desprestígio para as provas. Parece que há um grande trabalho a fazer na nossa Direcção-Geral. O reformular de mentalidades.

3º A proposta da subida de letra, um dos casos pendentes do nosso caderno reivindicativo, que o Sr. Director-Geral disse ter apresentado na Direcção-Geral da Função Pública, já sabemos que teve despacho desfavorável. As razões invocadas ainda não sabemos.

Vamos hoje receber o projecto de lei onde tudo isto estava inserido para ser analisado em reunião da Direcção e posteriormente faremos um comunicado mais explicativo.

4º O centro de formação profissional também não funciona como é de desejar, estando a sofrer boicotes de "vozes do passado" que por todos os meios tentam anular cursos, fazer provas nos moldes antigos, em suma, têm aversão ao progresso.

4

Por tudo isto e pelo muito mais que falta dizer, está o nosso Sindicato em negociações com a RTP para conseguir o tempo de antena que é concedido aos sindicatos e centrais sindicais. Nós como sindicato independente, pedimos tempo de antena pois não prescindimos desse direito. Para tal têm-se deslocado a Lisboa 2 membros da Direcção que tentam, em conjunto com os outros sindicatos independentes, chegar a acordo de qual o tempo a atribuir a cada um.

Quando isto estiver definido, alertaremos todos para os dias em que esse tempo for usado.

Será a primeira vez que se irá conseguir que os trabalhadores das Contribuições e Impostos digam ao País da justiça que lhes assiste e denunciem situações que a Administração prefere caladas para melhor se justificar.

Tudo quanto aqui fica dito serve para que todos, nos locais de trabalho se reúnam em plenários de base e analisem, na globalidade, o que falta ganhar do nosso CADERNO REIVINDICATIVO pelo qual fizemos uma das maiores greves de funcionários públicos deste país e pelo qual continuamos a lutar. Algo já foi conseguido, muito falta, mas aquilo que já ganhámos não deixaremos que nos retirem. A luta do ano passado não foi em vão. AGORA SOMOS MUITOS MAIS e estamos preparados para a continuar, ainda mais em força, SE NOS RETIRAREM OS DIREITOS QUE ADQUIRIMOS. É uma luta contínua contra a opressão e a injustiça mas para a qual estamos mentalizados, sem nunca nos alhearmos também da luta geral.

ESTAMOS TODOS EM LUTA DE ZÉLO. Façamo-la o melhor que pudermos.

→ A NOSSA UNIÃO _____
LUTA DE ZÉLO
DAR - NOS - À A VITÓRIA ←

A Direcção,

